

TÍTULO DO TRABALHO			
A BURGUESIA DEPENDENTE-ASSOCIADA E A CRISE: O INSTITUTO MILLENIUM EM SUAS ANÁLISES SOBRE 2008			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Lucas Patschiki	Universidade Federal de Goiás	UFG	Doutorando
RESUMO (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p>Neste texto analisaremos como o Instituto Millenium (IMIL), atualmente o maior aparelho privado de hegemonia da classe dominante brasileira, construiu suas interpretações para a crise econômica global que emerge em 2008 e que ainda encontra-se em seus desdobramentos. Para tanto, primeiro iremos explorar suas premissas teóricas, buscando assinalar como a linguagem econômica serve de ponto de referência, que os permite filtrar e depurar as distintas interpretações dentre seus especialistas, visando constituir um ponto de vista “homogêneo”, coerente. Depois, analisaremos os diagnósticos “concretos” do especialistas e editores IMIL sobre a crise (suas tentativas em compreender e explicar as causas, desdobramentos e possíveis consequências da crise de 2008). Por fim, examinaremos suas “soluções”, suas proposições políticas (positivas e negativas) que servirão para normatizar e guiar a atuação política coletiva. Esta análise articula-se a uma pesquisa maior ainda em andamento, e nos permitirá, em um momento posterior, vislumbrar a capacidade de atuação política do IMIL (sua “efetividade real”) em suas diversas articulações com a sociedade política.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ 3)			
Sociedade civil; Neoliberalismo; Periferia.			
ABSTRACT (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p>In this paper we'll analyze how the Instituto Millenium (IMIL), currently the largest private apparatus of hegemony of the Brazilian ruling class, built their interpretations to the global economic crisis that emerged in 2008 and which is still in its development. Therefore, we will explore its theoretical premises, seeking to note how economic language serves as a reference point, which allows them to filter and debug different interpretations among its specialists, aiming to constitute a point of view "homogeneous", coherent. Then we analyze the specific diagnoses of experts and editors IMIL on the crisis (his attempts to understand and explain the causes, developments and possible consequences of the 2008 crisis). Finally, we examine their "solutions", his political propositions (positive and negative) that will serve to regulate and guide the collective political action. This analysis is articulated to a bigger research, which still ongoing, and will allow us, posteriorly, glimpse the political action capacity of IMIL (its "real effective") in its various articulations with political society.</p>			
KEYWORDS (ATÉ 3)			
Civil Society; Neoliberalism; Periphery			
EIXO TEMÁTICO			
Poder, Estado e luta de classes			

A BURGUESIA DEPENDENTE-ASSOCIADA E A CRISE: O INSTITUTO MILLENIUM EM SUAS ANÁLISES SOBRE 2008.

O Instituto Millenium (a partir de agora IMIL) foi fundado em 2005, pela economista Patrícia Carlos de Andrade, sendo naquele momento chamado de Instituto da Realidade Nacional (trocando para o nome atual durante o “Fórum da Liberdade” de 2006, realizado em Porto Alegre, Rio Grande do Sul). Em 2009 o instituto foi reconhecido como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público. Seu “manifesto” afirma que foi lançado “*com a finalidade de promover valores e princípios de uma sociedade livre*”, destes enfatizando “*liberdade individual, propriedade privada, meritocracia, estado de direito, economia de mercado, democracia representativa, responsabilidade individual, eficiência e transparência*” (IMIL, acessado em 15.09.14). É responsável por organizar uma série de conferências e palestras, debates e colóquios públicos; um “canal” de televisão *online* (transmitindo programas por *podcast*); boletim eletrônico; um projeto para “sala de aula”; além de manter diversas campanhas (geralmente através de anúncios em revistas e jornais de grande circulação). Conta atualmente com uma equipe fixa de dez pessoas e mais de duzentos colaboradores, maioria fixos (IMIL, acessado em 15.09.14b).

O IMIL articula uma série de intelectuais representantes de diversos grupos e frações da burguesia brasileira e estrangeira, trazendo questões para o debate e disputa, buscando produzir consenso. A atuação do IMIL busca tanto a formação de consenso intraclasse, através do “*financiamento de pesquisas de opinião acessíveis somente aos associados e mantenedores*” (SILVEIRA, 2013) quanto posiciona-se abertamente para a disputa ideológica, através da “*promoção de eventos abertos ao público bem como a divulgação de artigos curtos acerca de temas diversos*”, almejando a “*conscientização do público*”. Seus colaboradores também atuam cotidianamente como “*experts em meios de comunicação (televisão, rádio, jornais)*” (IMIL, acessado em 15.09.14b). Além disto, cumpre um papel de mediador das negociações com o Estado, através da discussão política, pública e privada, com legisladores. Na sua página de prestação de contas, conta que sua receita em 2009 fora de 620 mil reais; em 2010 de 1.091.000 reais; em 2011 de 965 mil reais; e em 2012 de 1.071.593 de reais. (IMIL, acessado em 18.09.14).

Seu maior foco é na atuação partidária “*online*”. Sua predominância pode ser observada na popularidade de seu domínio na *web*. Segundo o Alexa, ferramenta de *ranking* da internet, o IMIL consta como número 10.890 entre todos os *sites* brasileiros, e número 354.306 em comparação global (ALEXA, acessado em 17.09.13). Isto demonstra um alcance altamente considerável em torno de seus visitantes, já que, segundo informações oficiais, ele habita em universo de mais de 2.763.360 sites registrados como “.com.br”. Seu público “possível” é composto por 37,4% da população total brasileira, mais de 75.982.000 de brasileiros, 3,6% da população total mundial usuária da rede (CETIC.BR, acessado em 13.02.12).

Militando para o avanço e aprofundamento do neoliberalismo (embora prefiram intitular-se simplesmente como “liberais”) como programa histórico-social em disputa, determinado pelas relações de forças em sua historicidade (lembrando que assim como os planos militares, não é possível fixar anteriormente todos seus detalhes, “*mas só em seu núcleo e esboço central*” (GRAMSCI, 2002, p. 25), o IMIL afirmou-se como o maior espaço de produção de consenso para as frações da classe dominante brasileira. É um aparelho privado de hegemonia por excelência, dado que não está *diretamente* ligado às relações de produção, distribuição e venda (não cumpre as responsabilidades de sindicato patronal, federação de industriais, associação comercial, etc.), atuando como “*uma nomenclatura de classe*” para a expansão do grupo social do qual se origina, “*organismos que, na sociedade civil, não só elaboravam as diretrizes políticas, mas educavam e apresentavam os homens supostamente em condição de aplicá-las*” (GRAMSCI, 2002, p. 341-342). Assinalando que em sociedade “*ninguém é desorganizado e sem partido, desde que se entendam organização e partido num sentido amplo, e não formal*” (GRAMSCI, 2002, p. 253-254).

O IMIL é iniciativa de diversos atores de peso da classe dominante brasileira, além de contar com participação direta de representantes do capital estrangeiro, mobilizando ampla parcela da intelectualidade a seu dispor. A hierarquia interna se dá na divisão em câmaras (Câmara de fundadores e curadores”, a “Câmara de mantenedores” e “Câmara de instituições”); no “Conselho de governança”, no “Conselho fiscal”; no “Comitê gestor” e no “Conselho Editorial” (além da “câmara” de financiadores). Nestas instâncias encontramos nomes como dos ex presidentes do Banco Central Armínio Fraga, Gustavo Franco e Henrique Meirelles, Gustavo Marini (Santander), João Roberto Marinho e Luiz Eduardo Vasconcelos (Organizações Globo), Grupo Abril, Daniel Feffer (Suzano), Jorge Gerdau Johannpeter (Gerdau), Ricardo Diniz (Thomson Reuters), Pedro Henrique Mariani (Banco BBM, Latapack e Petroquímica da Bahia), Salim Mattar (Localiza), Sergio Foguel (Oderbrecht, Conselho Nacional de Turismo), William Ling (Petropar), Jayme Garfinkel (Porto Seguro), Antonio Carlos Vidigal (siderúrgica TenarisConfab), Helio Beltrão (Ultra e Ediouro), João Accioly (Bio100 Agroindustrial), André de Paiva Leite (Statoil), Augusto Teixeira de Freitas (corretora Ativa), Antonio Carlos Pereira (editor chefe do “Estado de S. Paulo”), Eurípedes Alcântara (diretor chefe da “Veja”), Luiz Felipe D’Ávila (escritor e editor), Patrícia Carlos de Andrade, Paulo Guedes, Samuel Kinoshita e Rodrigo Constantino (economistas), Carlos Pio e Eduardo Viola (cientistas políticos) e de Guilherme Fiuza e Pedro Bial (jornalistas). E dentre as instituições, a Confederação Nacional dos Jovens Empresários, Espírito Santo em Ação, Atlântico, de Estudos Empresariais, Liberal, Liberdade e o Ling (IMIL, acessado em 15.09.14b).

Buscar as compreensões desenvolvidas pelo IMIL sobre a crise de 2008 vai além do descritivo, da apresentação das representações desenvolvidas por seus intelectuais, assinalando as disputas e as questões que guiaram as diferentes interpretações programáticas, planos gerais visando

a intervenção de seus membros diante do Estado estrito e da sociedade civil. Para tanto, iremos explorar suas premissas teóricas, buscando assinalar como as disputas em torno da linguagem ideológica comum, dos marcos de referência para suas leituras da realidade, que permite ao editorial do IMIL filtrar e depurar as distintas interpretações dentre seus especialistas, visando constituir um ponto de vista “homogêneo”, coerente. Depois, analisaremos os diagnósticos “concretos” do especialistas e editores IMIL sobre a crise. Aqui intentaremos verificar se existem nessas diferentes interpretações distintos interesses que acabam por conformar disputas abertas em torno da construção de um consenso provisório. Por fim, examinaremos suas “soluções”, suas proposições políticas (positivas e negativas) que servirão para normatizar e guiar a atuação política coletiva. Esta análise articula-se a uma pesquisa maior, e nos permitirá, em um momento posterior, vislumbrar a capacidade de atuação política do IMIL (sua “efetividade real”) em suas diversas articulações com a sociedade política.

A crise econômica de 2008 originou-se da crise da bolha imobiliária estadunidense, que estoura naquele ano. Esta crise, tal quais as ocorridas no modo de produção capitalista, é resultado da superprodução de mercadorias, não de sua escassez. É uma crise gerada exatamente pelo bom funcionamento do sistema capitalista, surgida não por sinal no país hegemônico, os EUA – o que configura ser uma crise estrutural e não conjuntural (que teria origem em algum evento específico) e ainda encadeia uma série de outras crises (OBSERVATÓRIO INTERNACIONAL DA CRISE *In*. DIERCKXSENS, Wim et al, 2010, p. 11).

Ela origina-se na crise creditícia e imobiliária dos EUA, especialmente no chamado mercado “*subprime*”, que graças à inadimplência corresponde a um nível mais arriscado de investimento, garantindo lucros maiores para a empresa que oferece este tipo de crédito. Após a bolha da NASDAQ (acrônimo de “*National Association of Securities Dealers Automated Quotations*”, mercado de ações automatizado norte-americano) estourar, o Sistema de Reserva Federal estadunidense (em inglês “*Federal Reserve System*”, FED) para não diminuir o nível de investimentos financeiros, passou a diminuir os juros da economia interna (em 2003 chegaram a cair para 1% ao ano), permitindo o crescimento avassalador do mercado imobiliário – a demanda cresceu de maneira drástica, já que os financiamentos e, principalmente, as hipotecas acompanharam estas mesmas taxas. A hipoteca passou a ser a grande alavanca para o crédito, amplamente utilizado para aquecer o mercado interno de um modo geral e a necessidade de aumento da demanda não poderia excluir “grupos de risco” (os chamados “mau pagadores”), supostamente “resolvida” pelo recurso do “*subprime*”. Só a Fannie Mae e Freddie Mac (duas grandes hipotecárias estadunidenses) chegaram a deter quase metade dos doze trilhões de dólares em hipotecas do país. Em 2008, “*4 em cada 5 hipotecas estão vendidas e só uma está com o credor original*” (SOARES, 01.10.08). Já no ano de 2005 estava constituída a bolha do setor:

[...] comprar uma casa (ou mais de uma) tornou-se um bom negócio, na expectativa de que a valorização dos imóveis fizesse da nova compra um investimento. Também cresceu a procura por novas hipotecas, a fim de usar o dinheiro do financiamento para quitar dívidas e, também, gastar (mais) [...] Em busca de rendimentos maiores, gestores de fundos e bancos compram esses títulos “subprime” das instituições que fizeram o primeiro empréstimo e permitem que uma nova quantia em dinheiro seja novamente emprestada, antes mesmo do primeiro empréstimo ser pago. Também interessado em lucrar, um segundo gestor pode comprar o título adquirido pelo primeiro, e assim por diante, gerando uma cadeia de venda de títulos (FOLHA ONLINE. 11.07.08).

Isto significa que quando a dívida inicial (a hipoteca) não consegue ser paga, gera um ciclo em cascata de não pagamentos, o que termina por criar uma crise de liquidez, de retração de crédito. Isto ocorreu quando o FED, a partir de 2005 passou a aumentar os juros, e junto aumentando a inadimplência, derrubando os preços dos títulos imobiliários – forçando empresas e pessoas a buscar retirar dinheiro para o consumo em vez de consumir e investir através do crédito. Os bancos, sem dinheiro suficiente para cobrir estas retiradas buscam crédito, só que com este restrito, devidos aos juros, o mercado financeiro não consegue garantir estas retiradas (mesmo no funcionamento “normal” do mercado os bancos trabalham com cerca de 1/3 de lastro para a retirada dos fundos de seus clientes). Então é *“quando entram os Bancos Centrais, injetando dinheiro a juros baixos para garantir dinheiro no caixa dos bancos. Se isso não resolver, a solução é abrir falência (e sim, se você tivesse dinheiro lá ele simplesmente sumiria) ou tentar que alguém compre o banco e garanta dinheiro no caixa”* (SOARES, 01.10.08). Este investimento significa o aumento da dívida pública (a socialização da dívida), mas que não foi capaz de promover o revigoramento da economia (vários países capitalistas centrais, como veremos adiante, praticamente faliram). Nos EUA, o investimento produtivo, *“diminuiu 24% desde o final de 2007, o que provocou um aumento do desemprego e afetou a renda. As dívidas sem capacidade de pagamento e a queda da renda implicam uma contração generalizada da demanda. A crise da economia real, em outras palavras tornou-se evidente”* (OBSERVATÓRIO INTERNACIONAL DA CRISE *In.* DIERCKXSENS, Op. Cit. p. 11). Segundo edição da *“Folha S. Paulo”* de 11.07.2008:

Em setembro do ano passado, o BNP Paribas Investment Partners – divisão do banco francês BNP Paribas – congelou cerca de 2 bilhões de euros dos fundos Parvest Dynamic ABS, o BNP Paribas ABS Euribor e o BNP Paribas ABS Eonia, citando preocupações sobre o setor de crédito “subprime” (de maior risco) nos EUA. Segundo o banco, os três fundos tiveram suas negociações suspensas por não ser

possível avaliá-los com precisão, devido aos problemas no mercado de crédito “subprime” nos EUA. Depois dessa medida, o mercado imobiliário passou a reagir em pânico e algumas das principais empresas de financiamento imobiliário passaram a sofrer os efeitos da retração; a American Home Mortgage (AHM), uma das 10 maiores empresas do setor de crédito imobiliário e hipotecas dos EUA, pediu concordata. Outra das principais empresas do setor de financiamento imobiliário nos EUA, a Countrywide Financial, registrou prejuízos decorrentes da crise e foi comprada pelo Bank of America. A Countrywide responde por cerca de um quinto de todas as hipotecas nos EUA e foi uma das instituições mais atingidas pela crise das hipotecas “subprime”. O choque da crise chega agora a colocar em risco as duas gigantes americanas do setor hipotecário, Fannie Mae e Freddie Mac. [...] as duas empresas têm cerca de US\$ 5 trilhões em débitos assegurados.

Desta “crise de confiança”, na verdade, a incapacidade destas financeiras gerirem os títulos que perderam seu valor (ou melhor, a capacidade de imporem a necessidade da extração acelerada de mais valia para cobrir o “lucro” que supostamente gerariam sozinhos) os Estados nacionais aparecem como elementos cruciais para salvar o sistema. Os EUA aprovaram um pacote de setecentos bilhões de dólares para comprar os ativos “podres” relacionados a hipotecas dos bancos e financeiras. O FED ofereceu seiscentos bilhões de dólares para dívidas relacionadas às hipotecas e mais duzentos bilhões para incentivar a oferta de crédito para o consumo. A Casa Branca ofereceu dezessete bilhões e quatrocentos milhões de dólares para empréstimos emergenciais, o “Programa de Alívio para Ativos Problemáticos”, especialmente para a indústria automobilística. A gestão Barack Obama complementou estas ações com programa de setecentos e oitenta e sete bilhões de dólares, visando especialmente conter a onda de desemprego (pacote que visou criar três milhões e meio de empregos) (ESTADÃO.COM.BR, 08.06.09).

Mas nem todos os países do mundo contavam com esta capacidade de endividamento, sendo que os primeiros a sentirem de maneira incisiva a crise “real” foram Irlanda, Grécia e Portugal. Estes países endividaram-se pesadamente nos últimos dez anos, montante da dívida que fez minguarem possíveis novos empréstimos. Ao mesmo tempo estes países não podem simplesmente declarar moratória porque estão atrelados a acordos com a União Europeia e com o Banco Central Europeu, que mantém as taxas de juros pagas pelos governos da zona do euro baixas, supostamente sob a condição que proveriam recursos e apoio aos países da região, evitando exatamente calotes. A moratória destes países iria aumentar os custos dos empréstimos feitos pelos países menores da União Europeia, que já se encontram em dificuldades para manter o pagamento de suas dívidas externas. Os bancos que são credores destes países entrariam em sérios problemas de solvência, abrindo

intervenção e necessitando de salvamento por parte das instituições financeiras supranacionais (BBC.BRASIL, 29.07.11). As exigências para os empréstimos para estes países, aprofundando a expropriação de direitos sociais e o desmonte do Estado, trouxeram consequências sociais graves para estes países, estando a Grécia em situação de quase guerra civil desde então (Ver DANTAS, 2010, p. 79-91).

No Brasil, desde o momento da quebra do Lehman Brothers, existiram vários investimentos do Estado visando absorver “seu cadinho” na crise: a liberação de quase meio trilhão de dólares no sistema financeiro, especialmente através dos compulsórios adicionais (visando fortalecer o sistema bancário e financeiro nacional através da centralização das carteiras de créditos nas maiores empresas do setor). O mercado financeiro ainda contou com o Banco Central como fiador para a proteção cambial, pela venda de dólares para o mercado futuro. Ampliaram a liberação de crédito sob formas de empréstimo para as grandes empresas e para o agronegócio, sendo que a parcela exportadora destes ainda passou a contar com a garantia de dólares para o comércio, através do BNDES, do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal. A agricultura, a construção civil e o investimento em infraestrutura receberam crédito de quase cinquenta bilhões de reais (isso descontando a liberação de crédito para investimentos futuros, como para as Olimpíadas ou a Copa do Mundo). O crédito ao consumidor individual é elevado para dez mil reais, com o governo subsidiando compra de eletrodomésticos e automóveis, através da diminuição do Imposto sobre Produtos Industrializados. Segundo Leda Maria Paulani (2009):

Os impactos pelo lado real têm chegado aos poucos e têm vindo principalmente da deterioração das expectativas, que poderão reverter os indicadores relativos à formação bruta de capital fixo (ou seja, investimento) que, a duras penas, estavam se recuperando, depois de duas décadas de estagnação. Os investimentos governamentais como o PAC e o pacote habitacional poderão substituir em parte o investimento privado, mas dificilmente serão suficientes para compensar a redução deste último. Do lado do consumo, o crédito não foi tão afetado, apesar de certa retração [...] O grande problema é que o consumo não tem dinamismo para puxar a economia, como o tem o investimento, e consumo puxado por crédito não é sustentável no longo prazo, como nos mostra o espelho americano.

Estas séries de medidas, além de diversas complementações nos quatro anos seguintes cumprem manter o país em uma posição de enfrentar a crise. Mas como visto todas as medidas dão conta de investimentos diretos do Estado na economia, sem nenhum controle ou garantia acerca destes, já que feitos através de empréstimos, crédito e abono fiscal. O país com isto acaba por aprofundar o processo de monopolização da economia em torno de conglomerados transnacionais,

mantendo os lucros recordes dos bancos privados no país e garantindo o pagamento dos juros das dívidas externa e interna (foram emitidos mais de 180 bilhões em títulos da dívida interna para os financiamentos do BNDES entre 2009 e 2010) graças ao forte arrocho (o que resultou em superávits recordes seguidos) (ESTADÃO.COM.BR, 09.04.09).

Como visto, embora esta crise ainda esteja desdobrando-se, os Estados nacionais dos países capitalistas avançados colocaram-se como fiadores últimos do sistema econômico como encontra-se, a declaração que determinados conglomerados financeiros privados são “grandes demais para quebrar” os tornou praticamente invulneráveis. A crise assim configura diferentes reações em diferentes formações sociais, na qual o Estado assume papel de protagonista, como já dito, único agente capaz de sociabilizar a crise via as medidas de “austeridade” e ao mesmo tempo gerir as forças de repressão de forma nacionalmente integrada. As ações em torno da austeridade são exigências dos organismos supranacionais que compõem a teia do capital-imperialismo (FMI, Banco Mundial, Troika, etc.). As ações em torno da escalada da violência estatal dão conta da luta de classes, delimitada dentro pelo território nacional-estatal (como processo de derrota do internacionalismo revolucionário), ações exigidas pela classe dominante em luta aberta contra sublevações das classes populares/trabalhadoras.

Estas medidas, impopulares e antipopulares necessitam para sua validação da anuência de parte da população, que garanta base social de suporte, e não por sinal, é nesse contexto que se conhece um forte crescimento dos projetos fascistas – tanto representados diretamente quanto suas pautas políticas passando a ser diluídas pelo campo político. No caso brasileiro, a violência se deu pela quebra do “pacto social” lulista – modo ideológico de apresentar a submissão petista aos desmandos do capital: não há possibilidade nenhuma de se conceber um “pacto” social amplo em torno de um programa político-econômico entre atores estruturalmente e historicamente desiguais, com interesses contraditórios. Os atores e movimentos sociais que foram às ruas no Brasil nos dois últimos anos conheceram a violência da “direita” tradicional e da “esquerda” transformada. Lembrando as possibilidades que a crise oferece ao aprofundamento da ofensiva do capital, via a “doutrina do choque”, como nomeou Naomi Klein (GOUNARI, 21.03.14). Sendo a crise uma possibilidade para o aprofundamento das relações sociais capitalistas, para o aumento da taxa média da exploração e, via Estado, da sociabilização das perdas anteriores, tudo me levou a crer que o IMIL teria uma leitura senão positiva ao menos “empreendedora” daquele momento, aos moldes schumpeterianos, nos termos da “destruição criadora” (que em 2014 vira verbete na página “IMIL explica”, espécie de *Frequently Asked Questions* do site). Mas não. Seja devido ao seu lugar subalterno no sistema de produção e financeiro global ou mesmo por receio do alcance daquela crise, há uma retração analítica, que fica explícita na retomada de John Maynard Keynes em artigo de Gustavo Franco (20.11.08), chamado “Keynes é nosso”:

Há muita gente celebrando o fim do capitalismo, ou do neoliberalismo, os termos são usados como sinônimos [...] Tal como a democracia, o capitalismo tem muitos defeitos, mas bate a concorrência por ampla margem. Vale lembrar que as crises financeiras existem desde sempre, e que invariavelmente são combatidas por intervenções salvadoras dos governos, que terminam fazendo o sistema mais robusto. John Maynard Keynes, tão lembrado recentemente, foi um dos heróis na vitória sobre uma grande crise e estava muito longe de ser hostil ao que hoje se chama de neoliberalismo.

As grandes questões ainda não giravam sobre os atores específicos responsáveis e pela resolução da crise, embora já atribuindo ambos papéis para o Estado, sua burocracia e para a intervenção política sobre a economia, em ampla expectativa sobre a atuação da gestão Barack Obama nos EUA. Novamente a saída aponta para soluções mais keynesianas que advindas da “mão-invisível” do mercado (GUEDES, 20.11.08). Isto nos chama atenção para o ponto, que sequer a linguagem comum, a neoclássica, emerge organicamente na resolução da crise, isso devendo-se tanto a situação subalterna dessa burguesia brasileira na divisão internacional da exploração do trabalho, quanto sua formatação heterogênea, onde sabe que as “soluções” são sempre limitadas, pois o capitalismo dependente-associado periférico gestou e gere um sistema em crise. Na conjuntura nacional, dando continuidade ao argumento já observado na citação anterior, *“de que ‘intervenções do Estado no domínio econômico’ têm mais chances de funcionar quando feitas por gente que acredita em mercados e que vê a intervenção como exceção, não como regra”*, ideologicamente amplia-se o combate as possíveis soluções populares ou socialistas da crise, utilizando para tanto a crítica e o anticomunismo contra a gestão federal do Partido dos Trabalhadores para atingir em bloco toda as organizações dos trabalhadores urbanos e rurais. Isto pode ser visualizado em artigo de crítica a utilização de Medidas Provisórias para a contenção da crise em âmbito nacional:

[...] exemplo de desprezo à democracia veio poucos dias depois. O ministro da Economia e o presidente do Banco Central compareceram ao Congresso Nacional para detalhar as providências do governo no combate à crise. Exatamente no dia seguinte, sem nenhum aviso prévio aos parlamentares, foi editada a MP 443, que autorizou o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal a adquirirem participações em instituições financeiras privadas [...] ainda não houve apreciação pelo Congresso Nacional, mas, quase certamente, a MP será aprovada em sua integralidade (MOREIRA, 20.11.08).

Sobre esse fim, em que se imagina que uma gestão presidencial de esquerda nos marcos da democracia burguesa traz em si como germe a possibilidade de tornar-se um regime de esquerda irá

destoar da mesma defesa da intervenção no momento da crise. Falando claramente, elogia-se a medida intervencionista, mas com a ressalva que esta não poderia ser instrumento de decisão do Executivo sobre as outras esferas decisórias eleitas. Existe um forte elemento de retórica ideológica nessa escalada contra o Executivo, visto que o IMIL foi e é participante ativo dentro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social do Gabinete da Presidência da República, responsável em caráter consultivo sobre a política econômica do governo, e da Câmara de Políticas de Gestão, Desempenho e Competitividade, responsável pela flexibilização do aparelho Estado. Não por sinal, um dos principais financiadores do IMIL, e participante destes dois conselhos (do segundo como presidente), Jorge Gerdau (05.01.09) irá escrever que cabe ao Estado investir na produção e na infraestrutura ao mesmo tempo em que corta gastos, manter o arrocho. Tais procedimentos elogiados são contrariados pelo próprio IMIL, exibindo que aquela questão ainda encontrava-se em disputa. Sobre isto, é emblemático o artigo de Alfredo Peringer. Neste, o autor desenvolve suas argumentações de defesa do liberalismo em torno das proposições de Adam Smith, considerando a baixa intervenção do Estado na economia enquanto “progresso”, como único meio de gerar verdadeiro crescimento econômico:

O receituário, de origem keynesiano-monetarista, é tão falso como um bombeiro receitar gasolina para apagar um fogo. Nas crises não há falta de dinheiro na economia. Há, naturalmente, um aumento da demanda por moeda, provocado pelo medo e pelas incertezas em relação ao futuro. Indivíduos, empresas e bancos requerem, nesses períodos, mais tempo para formar suas expectativas e tomar suas decisões de gastos, investimentos e empréstimos. Keynes está certo — ao menos nisso — quando, referindo-se ao aumento das injeções de moeda e crédito na economia, afirma que “não adianta levar um cavalo à fonte, se ele não tem sede”. Só que, em vez de aceitar as soluções de mercado (não há outras!), foi mais infeliz ainda: achou que o governo deveria agir como agente gastador, investidor e emprestador desses recursos na economia (PERINGER, 12.01.09).

Ataca o keynesianismo por não gerar crescimento (ou quando de fato o faria, este seria “ilusório”), afirmando ainda que políticas estatais e intervencionistas são um mote para a burocracia política liberar mais verba para os seus gastos (públicos). Ambos artigos marcam o momento em que o mercado encontrava-se na expectativa da “marolinha” de Lula tornar-se um “tsunami”, discurso vendido fortemente pelo oligopólio midiático, o que em 2010 poderia vir a alterar de maneira drástica as expectativas de continuidade petista na gestão federal. E para compor um quadro de relação de forças mais crível é convocado um Colóquio do IMIL para o mês de dezembro de 2008, intitulado:

“Efeitos do novo panorama mundial sobre os valores da democracia, da economia de mercado e da liberdade”. Este irá contar com uma série de debatedores do instituto e convidados: Aloísio Araújo, Eduardo Giannetti, Ilan Goldfajn, Paulo Guedes, Alberto Carlos Almeida, Amaury de Souza, Demétrio Magnoli e Eduardo Viola.

Na primeira parte do Colóquio, os debatedores concentraram-se em torno de questões relacionadas ao “papel da economia de mercado como doutrina e política econômica nos novos tempos”, sendo a primeira ponderação foi exatamente relacionada à possibilidade de colapso da civilização ocidental em virtude da crise. Quanto a isto, ponderadas as diferenças entre os economistas mais otimistas e mais pessimistas, todos concordaram que a crise não ofereceria riscos à civilização ocidental, alguns prevendo que a mesma demoraria mais tempos para ser superada, outros menos. Foi dito que problemas ambientais e de escassez de recursos poderiam ser mais problemáticos do que a crise financeira em si. Ou seja, há uma leitura da crise estrutural do capital que afeta a reprodução do capital, mas a dissociando da sincronia da crise econômica, como se dessem conta de questões diferentes e isoladas. Segundo Paulo Guedes, *“uma coisa é uma disputa intelectual entre correntes de economistas que vêem falhas de mercado vis à vis intervenções inadequadas do governo, quem tem maior responsabilidade...”*, para daí concluir que *“embora numa crise desse tipo todos tenham. Os excessos envolvem vários. Várias dimensões. Todo mundo tem uma parte no processo”* (COLÓQUIO IMIL, 15.12.08). Aloísio Araújo prossegue:

Tenho muito mais medo de excessos keynesianos do que de Marx. Acho que é um perigo muito maior. São duas atitudes ruins: uma é dizer “ah, não houve nada, o mercado funciona, de vez em quando a gente tem crise, está tudo bem”; acho que não, a gente tem que evitar ter crises tão grandes quanto essa (COLÓQUIO IMIL, 15.12.08).

Sobre o que Ilan Goldfajn concluí: *“acho que nossa disputa no curto prazo é com... Quem chamar de keynesianismo, chama”* (COLÓQUIO IMIL, 15.12.08), o que equacionam com uma ascensão do nacionalismo como protecionismo e da possível quebra das regras do jogo internacional, ou seja, a defesa soberana da economia popular pelos Estados nacionais. O que exigiria combate via cooperação em âmbito internacional, visto que teríamos *“vários exemplos de democracias autocráticas ao redor do mundo. A começar pela Rússia, passando pelos nossos vizinhos bolivarianos, o próprio modelo chinês...”* (COLÓQUIO IMIL, 16.12.08). Diferentes chaves analíticas, mas que permitem serem reduzidas pelo discurso do IMIL em um setor do quadro político: a esquerda. Sobre isso, Demétrio Magnoli diz que:

A esquerda no mundo, e em particular na América Latina, já escreveu que o socialismo não está no horizonte, mas que há uma nova fase preparatória rumo ao socialismo que é o capitalismo de Estado. Isso não é uma interpretação. É um programa; o chavismo se baseia nesse programa [...] Então, assim como a recessão traz um problema para a economia de mercado e para a democracia política talvez traga um problema maior para a ideia do autoritarismo político e do capitalismo de Estado (COLÓQUIO IMIL, 16.12.08).

E para tanto, a solução coloca-se em defender os “valores liberais”, entendendo que estes valores já existem em sociedades não-liberais, oposição que Magnoli cria com o que chama de “sociedades democráticas de massa”, onde “há uma série de incentivos para se atacar esses valores? Em que o Estado tem incentivos para atacar esses valores, e em que esses valores são erodidos o tempo todo?” (COLÓQUIO IMIL, 16.12.08). No que Amaury de Souza ainda busca afirmar que qualquer discussão sobre “estatização” pela historicidade da formação do pensamento econômico “de esquerda” latino-americano teria obrigatoriamente forte influência fascista:

[...] a perspectiva de que esses valores estão ameaçados necessita explicitar uma alternativa a eles [...] A partir da Europa Oriental, sobretudo Hungria e Romênia, que foram os países que enfrentaram mais de perto o impacto do fechamento do comércio internacional [em 1929], eram os emergentes da época, foram os grandes pensadores que acabaram criando a nossa CEPAL, como Mihail Manoilescu, Georgescu, Rötgen... Foram os romenos que vieram para a América Latina com uma visão fascista, a bem da verdade — são dois modelos de fascismo desenvolvimentista por excelência, e que deram na CEPAL e na esquerda latino-americana (COLÓQUIO IMIL, 16.12.08).

O que Magnoli responde de bate-pronto: “‘Qual a alternativa aos valores liberais?’ A tirania” (COLÓQUIO IMIL, 16.12.08). Exposição que traz forte debate, sintetizado na fala final de Amaury de Souza:

[...] a alternância de poder se tornou uma condição *sine qua non* de qualquer governo na América do Sul. Vai mudar? Pode. Pode mudar. Mas o quadro, digamos assim, de circunstâncias que seguram a volta de governos ditatoriais a meu ver é muito forte. Voltaremos a um processo democrático mais institucionalizado? Eu chamaria a atenção apenas para o seguinte: em todos os casos em que tivemos essa chamada democracia popular ou democracia direta ao estilo bolivariano, em todos eles o que

vimos ao longo dos anos foi a criação e o crescimento de uma oposição muito mais institucionalizada e muito mais aguerrida (COLÓQUIO IMIL, 16.12.08).

Esta fala apresenta a perspectiva que deve pautar os diversos posicionamentos da burguesia reunida, e ao redor, do IMIL, o que é facilmente amplificado pelo controle quase completo exercido pelo seus integrantes representantes da mídia brasileira, e que hoje em dia passa a ser conhecido como o ressurgimento da direita – ou nos próprios termos destes atores, o surgimento de uma “nova direita” – capaz de dar base social tanto para o avanço da ação coercitiva do Estado, visível em toda sua plenitude durante as Jornadas de Julho-Junho de 2013 e durante os protesto na Copa do Mundo (2014), quanto para o avanço das organizações fascistas. Este movimento se dá como infestação molecular no campo político, vide-se a atuação destes atores políticos via guerra de posições e que em dado momento passam a serem articulados com a capacidade midiática de propor pautas políticas (notadamente através de veículos do Grupo Abril, um dos principais participantes do IMIL).

Por fim, iremos abordar um texto do ano de 2014, cumprindo assim a ação exploratória que buscou compreender esses posicionamentos do IMIL como históricos, sujeitos a disputas e questões que se puseram como problemas – a burguesia é pragmática em seus interesses, não há corpus doutrinário que se imagine estático diante das vias pelos quais o capitalismo se reproduz de modo ampliado. Este é um texto de Rodrigo Constantino, agora já sacralizado pelos seus pares midiáticos como comentarista “de direita” (alça essa posição graças ao seu livro “Esquerda Caviar” e especialmente pela sua coluna na “Veja Online”). Chama-se “A crise de 2008 vista por um prisma liberal” e é uma revisão de um artigo de 2009:

[...] Pretendo mostrar abaixo uma análise diferente das causas desta crise financeira, utilizando um prisma liberal. Meu objetivo será demonstrar que as impressões digitais do governo americano estão em todas as cenas do crime. Em primeiro lugar, os Estados Unidos não experimentam mercados verdadeiramente livres há quase um século. O governo intervém ativamente usando tanto a política fiscal como a monetária, além de inúmeras regras regulatórias [...] O Banco Central atua como emprestador de última instância, o que é análogo a uma rede de segurança para trapezistas [...] Durante sua gestão [de Alan Greenspan] no comando do Fed, o mercado financeiro criou a expressão “Greenspan Put”, exatamente para se referir a esta rede de segurança garantida pelo Banco Central no caso de alguma catástrofe (CONSTANTINO, 01.01.09).

Para não explicitar os modos pelos quais a riqueza é constituída, foca na distribuição e controle dessa riqueza, apagando da economia seu chão social. Assim a autonomiza como campo dotado de

regras, valores, temporalidades próprias, que a fazem escapar da política, elemento de instabilidade nesta, visto que existiria um ciclo ideal que historicamente se concretizaria caso fossem deixadas as tarefas do mercado financeiro (entendido como economia) para o próprio mercado. Concebe para a irracionalidade do mercado um fator médio cíclico (nenhuma novidade sobre isso, e novamente, ver Schumpeter) e que escapa da historicidade do sistema, aliás, encobrindo as contradições idealizadas exatamente por considerar o elemento “instável”, “histórico”, como alheio aos desdobramentos do sistema, o que é simplesmente mentiroso, visto o papel fundamental do Estado em sua reprodução. Mas o importante é achar um “inimigo” externo, para assim dar conta de sua culpabilização, e quem aparece, são os pobres:

[...] o governo [dos EUA] exerceu enorme pressão para que o crédito imobiliário chegasse às classes mais baixas, com menor condição de pagamento. Foi justamente este setor subprime do crédito imobiliário que experimentou o maior crescimento nos últimos anos, caracterizando uma verdadeira bolha que depois estourou (CONSTANTINO, 01.01.09).

Segue sua fala listando todos os aparatos (estatais e privados) de regulação do mercado, e que assim, também seriam cúmplices na jogatina financeira, o que é até verdade, mas que não se faz em âmbito separado, capaz de efetivar-se como verdadeiros órgãos de controle diante dos diferentes lobbies e da participação orgânica das investidoras na política e no Estado:

Os reguladores podem até ser acusados de negligência, mas não faz sentido falar em ausência de regulação. Como espero ter deixado mais claro no resumo acima, as intervenções do governo americano estão no epicentro da crise atual. *Evidentemente, isso não exime de culpa os agentes do setor privado, principalmente no mercado financeiro. De fato, houve claros excessos fruto de irresponsabilidade de muitos desses agentes. Mas quando todos erram ao mesmo tempo, deve-se procurar a causa em algum fator exógeno.* As manipulações que o governo vem fazendo no mercado, principalmente no que diz respeito à oferta monetária, explicam melhor estes erros coletivos num mesmo momento (CONSTANTINO, 01.01.09).

Após a exposição destas diversas falas, podemos entender que as disputas em torno da estruturação do discurso ideológico do IMIL não são questões de cunho semântico, mas social, que dizem respeito aos interesses da própria classe dominante (em sua posição subalterna, mas não passiva, diante do imperialismo) e que irão estruturar a sua ação política comum, formulando consensos provisórios (provisórios porque são históricos e habitam um modelo econômico marcado

pela crise). Essas posições, como será visto adiante, conhecerão um “discurso hegemônico”, o mais próximo aos interesses do capital financeiro imperialista, representando na fala de Constantino – o discurso vitorioso após a crise, até agora.

Sobre as distintas interpretações dos intelectuais do IMIL, nossa primeira hipótese era a de que essas diferenças nos permitiriam observar conflitos entre as distintas frações da classe dominante representados no instituto. Durante a investigação essa hipótese não se confirmou, aliás, nos aparecendo exatamente o contrário, que as frações, embora distintas quanto a origem de seu capital, se nivelam ao nível do Estado estrito, corolário histórico da sociedade civil no Brasil (FERNANDES, 1976) e o agente histórico que implementou e garantiu as atuais formas de espoliação sob o capitalismo financeirizado: taxa de lucros e correções cambiais absurdas em favor do capital; aumento sem precedentes das garantias para o capital; financiamentos e isenções sem nenhuma contrapartida social; privatizações e concessões, etc., assim como pelas novas formas de superexploração implementadas pelo Estado sob o signo da reestruturação produtiva (FILGUEIRAS, 2005, p. 49-56). Este consenso é possível, porque embora as diferentes frações da burguesia brasileira diferenciem-se pela origem de seu capital, eles passam a compartilhar o mercado financeiro como agentes (subalternos e dependentes aos agentes imperialistas, é verdade, mas associados) – do mesmo modo os agentes financeiros passam a explorar setores produtivos, em especial advindos das privatizações. Como explica Marcos Arruda (*In. PASSARINHO; GONÇALVES, 2009. p. 50*), “*uma grande quantidade de atores produtivos está continuamente tentada a investir no financeiro porque rende mais, com muito menos esforço e risco. Então eles se financeirizam*”. Aliás, se houvesse realmente uma brecha entre os interesses dessas frações do capital, o momento de crise seria um momento de acirramento do conflito, o que não ocorre. Obviamente não ocorre porque todos os participantes são partícipes de um momento de extrema acumulação – feito a um altíssimo custo social para a esmagadora maioria da população e que terá fortes implicações estruturais no desenvolvimento econômico e social do país. O discurso “vitorioso” é o do aprofundamento do arrocho, aumento de garantias ao capital, expropriação de direitos, da precarização da vida, da violência estatal, da desigualdade social.

Bibliografia:

ALEXA. *Consulta por www.imil.org.br. Disponível em http://www.alexacom.com/search?q=www.imil.org.br&r=site_siteinfo&p=bigtop, acessado em 17.09.13.*

ARRUDA, Marcos. “Continuidade ou ruptura (entrevista, agosto de 2003)”. *In. PASSARINHO, Paulo; GONÇALVES, Reinaldo (orgs.). Dez anos de economia brasileira: decifrando enigmas. Rio de Janeiro: CORECON/RJ, 2009.*

BBC.BRASIL. “Entenda a crise na Grécia e suas implicações”. *BBC Brasil. 29.07.11. Disponível em http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/06/110616_entenda_crisegrega_pai.shtml, acessado em 14.01.12*

CETIC.BR. *Estatísticas diárias por categoria*. Disponível em <http://www.cetic.br/dominios/index.htm>, acessado em 13.02.12.

COLÓQUIO IMIL. *Efeitos do novo panorama mundial sobre os valores da democracia, da economia de mercado e da liberdade*, 15.12.08, Disponível em <http://www.imil.org.br/artigos/coloquio-millennium-parte-1/>, acessado em 15.09.14.

COLÓQUIO IMIL. *Efeitos do novo panorama mundial sobre os valores da democracia, da economia de mercado e da liberdade*, 16.12.08, Disponível em <http://www.imil.org.br/artigos/coloquio-millennium-parte-1/>, acessado em 16.09.14.

CONSTANTINO, Rodrigo. *A crise de 2008 vista por um prisma liberal*. 01.01.09. Disponível em <http://www.imil.org.br/blog/a-crise-de-2008-vista-por-um-prisma-liberal-por-rodri-go-constantino/>, acessado em 15.09.14.

DANTAS, Gilson. “O desequilíbrio econômico na Grécia, as rebeliões operárias e os limites da atual política anticrise”. *Antítese*. n.º. 8. Goiânia: CEPEC, 2010. p. 79-91).

ECOMMERCE.ORG. *Os 20 países com maior número de usuários da internet*. Disponível em <http://www.e-commerce.org.br/stats.php>, acessado em 13.02.12.

ESTADÃO.COM.BR. “As medidas do Brasil contra a crise. Infográfico”. *Estadão.com.br*. 09.04.09. Disponível em <http://www.estadao.com.br/especiais/as-medidas-do-brasil-contr-a-cri-se,54143.htm>, acessado em 14.01.12.

ESTADÃO.COM.BR. “Como o mundo reage à crise. Infográfico”. *Estadão.com.br*. 09.10.08 atualizado em 08.06.09. Disponível em <http://www.estadao.com.br/especiais/como-o-mundo-reage-a-cri-se,32895.htm>, acessado em 18.01.12.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

FILGUEIRAS, Luiz. *História do Plano Real*. Fundamentos, impactos, contradições. Boitempo, 2005.

FOLHA ONLINE. “Entenda a crise hipotecária que atinge a economia dos EUA”. *Folha de S. Paulo*. 11.07.08. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u421556.shtml>, acessado em 14.01.12.

FRANCO, Gustavo. *Keynes é nosso*. 20.11.08. Disponível em <http://www.imil.org.br/artigos/keynes-e-nosso/>, acessado em 15.09.14.

GERDAU, Jorge. *Dois Brasis*. 05.01.09. Disponível em <http://www.imil.org.br/artigos/dois-brasis/>, acessado em 15.10.14).

GOUNARI, Panayota. “Neoliberalism as social necrophilia: the case of Greece”. *Truthout*, 21.03.14. Disponível em <http://www.truth-out.org/news/item/22584-neoliberalism-as-social-necrophilia-the-case-of-greece>, acessado em 09.10.14.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GUEDES, Paulo. *Crítico moderado*. 20.11.08. Disponível em <http://www.imil.org.br/artigos/critico-moderado/>, acessado em 15.09.14

IMIL. *Especialistas*. Disponível em <http://www.imil.org.br/categoria/especialistas/>, acessado em 20.09.13.

IMIL. *Prestação de contas*. Disponível em <http://www.imil.org.br/institucional/prestacao-decontas/>, acessado em 18.09.14.

IMIL. *Quem somos*. Disponível em <http://www.imil.org.br/institucional/quem-somos/>, acessado em 15.09.14.

MOREIRA, Alexandre. *Medidas provisórias*. 20.11.08. Disponível em <http://www.imil.org.br/artigos/medidas-provisorias-um-instituto-ditatorial-em-nosso-regime-politico/>, acessado em 20.09.13.

OBSERVATÓRIO INTERNACIONAL DA CRISE. “Introdução. A complexidade da crise atual”. *In*. DIERCKXSENS, Wim et all. *Século XXI: crise de uma civilização*. Fim da história ou começo de uma nova história? Goiânia: CEPEC, 2010.

PAULANI, Leda Maria. “A crise do regime de acumulação com dominância da valorização financeira e a situação do Brasil”. *Estudos Avançados*. n.º. 66, São Paulo, 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ea/v23n66/a03v2366.pdf>, acessado em 15.01.12

PERINGER, Alfredo. *O perverso avanço do estatismo*. 12.01.09. Disponível em <http://www.imil.org.br/artigos/o-perverso-avanco-do-estatismo/>, acessado em 15.09.14.

SILVEIRA, Luciana. “Fabricação de ideias, produção de consenso: estudo de caso do Instituto Millenium e Casa das Garças”. *XXVIII Congresso anual da ALAS*. Disponível em http://www.sistemasmart.com.br/alas/arquivos/alas_GT17_Luciana_Silveira.pdf, acessado em 15.02.14.

SOARES, Eduardo Patriota Gusmão. *Entenda a crise da economia dos EUA e sua extensão*. 01.10.08. Disponível em <http://www.umavisaodomundo.com/2008/10/entenda-crise-economia-eua.html>, acessado em 14.01.12.